



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Informações básicas do ETP

1.1. Processo Administrativo nº 23479.002519/2023-14.

2. Descrição da necessidade da contratação

- 2.1. O presente documento manifesta a necessidade de CONSTRUÇÃO DO BLOCO MULTIUSO DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E ENGENHARIAS - IGE (UNIDADE II- CAMPUS MARABÁ - UNIFESSPA);
- 2.2. Considerando os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPC) do Instituto de Geociências e Engenharias (IGE), aprovados pelo egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) que elencam os recursos físicos e laboratoriais para o adequado funcionamento dos cursos de graduação;
- 2.3. Considerando as necessidades de infraestruturas metodológicas apresentadas no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação (Presencial e a distância) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - Ministério da Educação (MEC);
- 2.4. Considerando a Resolução nº 2, de 24 de abril de 2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que "Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia";
- 2.5. Considerando a Resolução nº 5, de 16 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Educação (CNE) que "Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências";
- 2.6. Considerando os levantamentos realizados pela Comissão Especial de Infraestrutura do Instituto de Geociências e Engenharias (Portarias nº 230/2018, nº 267/2020, nº 078/2021 e nº 106/2022);
- 2.7. Afim de atender a todas essas diretrizes pedagógicas instituídas faz-se necessária a construção de um bloco multiuso para atender as necessidades dos cursos que compõem o Instituto de Geociências e Engenharias (IGE) de , suprimindo déficit de espaço físico na instituição, promovendo medidas que garantam a segurança dos espaços em geral e dos usuários, do patrimônio público e pesquisas acadêmicas, dentro dos limites da Universidade;

3. Setor Requisitante

Setor(es) Requisitante(s):

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E ENGENHARIAS – por meio do OFÍCIO Nº 40 / 2023 - IGE do processo administrativo 23479.002519/2023-14.

Servidor(es) responsável(is) pelo(s) Setor Requisitante(s):

JOSE ELISANDRO DE ANDRADE

4. Descrição dos requisitos da contratação

- 4.1. A Disponibilidade orçamentária é requisito determinante para que a contratação seja realizada;
- 4.2. A contratação da construção dar-se-á por meio de licitação, do tipo maior desconto, de modo que o desconto máximo admitido por Lei seja aplicado em todos os itens da planilha orçamentária;



- 4.3. Do mesmo modo, apesar da contratação ser do tipo menor preço, a empresa a ser contratada deve garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o termo de referência e edital de contratação;
- 4.4. Nos documentos de chamamento deverão ser elucidadas todas as informações necessárias para que a proponente contratada cumpra todas as suas obrigações, a exemplo:
- 4.4.1. Executar o contrato conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Projeto Básico e na proposta;
- 4.4.2. Garantir qualidade do serviço prestado à Universidade, de modo a minimizar a necessidade de manutenção posterior a entrega do objeto do contrato e, conseqüentemente, desonerar o serviço público por recursos humanos e materiais para retificações;

5. Levantamento de mercado

- 5.1. Não se aplica ao contexto de contratação de obras públicas.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. Diante da limitação orçamentária da necessidade de consolidação física em todos os campi sediada, o melhor modo de disponibilizar novos espaços para a infraestrutura da universidade deve se adequar as seguintes características:
- 6.1.1. Na etapa de concepção, o projeto deverá atender aos requisitos das Normas Técnicas Brasileiras para o dimensionamento de estruturas e instalações elétricas, hidrossanitárias, de acessibilidade e de segurança das edificações, no que couber;
- 6.1.2. Calçamento com estrutura convencional em alvenaria, com reforço estrutural por meio de pilaretes. O piso deverá ser especificado em concreto armado, de modo a garantir não apenas a segurança dos transeuntes, mas também a durabilidade dos serviços executados. Calçadas deverão contemplar os requisitos de acessibilidade quanto a sinalização podotátil, contrastes visuais, bem como a inclinação de rampas e dimensionamento de quaisquer estruturas necessárias ao pleno funcionamento do objeto contratado;
- 6.1.3. Na etapa de execução deverão observado as normas regulamentadoras de trabalho em canteiro de obras, além das normas de trabalho com eletricidade.;
- 6.1.4. Contratado o objeto, o serviço deverá apresentar garantia, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/21;
- 6.1.5. Demais características técnicas da construção encontrar-se-ão no Caderno de Encargos ou Memorial Descritivo de projeto.

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas

- 7.1. Os quantitativos de serviços a serem contratados serão estimados mediante cálculos realizados pela equipe multiprofissional da DIOP/SINFRA sobre os projetos executivos de arquitetura e complementares. Os quantitativos totais da obra, estarão disponibilizados através de planilha orçamentária, que conterà os quantitativos e os respectivos preços unitários de cada serviço.



8. Estimativa do valor da contratação

- 8.1. As pesquisas de preço dos itens que não constarem nas referências de preços oficiais SINAPI/PA E SEDOP -, deverão ser realizadas conforme o estabelecido na Instrução Normativa nº 05/2014-SEGES (revogada pela Instrução Normativa nº 73/2020-ME);
- 8.2. O Valor total estimado para a contratação é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

- 9.1. Tendo em vista que toda a intervenção tem objetivo de adequações construtivas para o pleno funcionamento do bloco, as quais se relacionam em projeto, de modo que não funcionam independentemente, e tendo em vista que trata-se de um prédio completo, não se aplica o parcelamento da solução;

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

- 10.1. A aquisição do objeto deste documento não requer outras contratações para sua execução.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento

- A construção proposta neste estudo é de grande utilidade para Universidade e, está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024), mais especificamente com o objetivo estratégico 10 (Ampliar e adequar a estrutura e a infraestrutura física e tecnológica, com critérios de acessibilidade e sustentabilidade, para garantir o pleno funcionamento da UNIFESSPA);
- 11.1. A contratação objeto deste processo faz parte das ações do planejamento estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura constantes do Calendário de Contratações e PAC (Plano Anual de Contratações) 2023 da UNIFESSPA e devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2019 – UNIFESSPA;
 - 11.2. As quantidades informadas nos anexos do Projeto Básico deverão ser suficientes para atender as necessidades de construção do Bloco Multiuso e calçadas de acesso, tomando como parâmetro básico os quantitativos estimados na proposta orçamentária para o exercício de 2023, conforme demandas registradas no Plano Anual de Contratações.

12. Resultados pretendidos

- 12.1. A construção proposta neste estudo é de grande utilidade para a garantia da segurança de servidores e de toda a comunidade acadêmica, e está diretamente relacionada com o PDI relativamente ao objetivo 10 (Ampliar e adequar a estrutura e a infraestrutura física e tecnológica, com critérios de acessibilidade e sustentabilidade, para garantir o pleno funcionamento da UNIFESSPA);
- 12.2. A contratação objeto deste processo faz parte das ações do planejamento estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura constantes do Calendário de Contratações e PAC (Plano Anual de Contratações) 2023 da UNIFESSPA – item 881 do serviço OBRAS CIVIS DE EDIFICAÇÃO PREDIAIS.
- 12.3. A demanda está contemplada no Plano Anual de Contratações da UNIFESSPA – PAC 2023 e devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2019 – UNIFESSPA.
- 12.4. As quantidades informadas nos anexos do Projeto Básico deverão ser suficientes para atender as necessidades de construção do bloco Multiuso do Instituto de Geociências e Engenharias do campus II de Marabá da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, tomando como parâmetro básico os quantitativos estimados na proposta



orçamentária para o exercício de 2023, conforme demandas registradas no Plano Anual de Contratações.

13. Providências a serem adotadas

- 13.1. Levantamento in loco para o correto desenvolvimento do projeto;
- 13.2. Alinhamento do projeto Arquitetônicos e seus respectivos complementarem, bem como a infraestrutura de acessibilidade do prédio;
- 13.3. Estudo de viabilidade econômica da construção total do Bloco Multiuso e projeto associado de acessibilidade e drenagem no entorno da edificação;

14. Possíveis impactos ambientais

- 14.1. No descarte das embalagens poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja uma gestão de resíduos de canteiro de obras consistente por parte da Contratada;
- 14.2. Para os serviços que incorporem alguma atividade de fabricação ou industrialização enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 14.3. Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida instrução.
- 14.4. A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010, mediante apresentação de Declaração, reconhecida em cartório, no ato da assinatura do contrato.
- 14.5. A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade como Política Transversal: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); a Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal (Dec. nº 5.940/2006); a Política de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas (LC nº 123/2006 e Dec. nº 8.538/2015); e a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Dec. nº 3.298/1999 e Dec. nº 6.949/2009).
- 14.6. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- 14.7. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos: Deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que
- 14.8. considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Ter como metas as seguintes políticas: a) Da não geração; b) Da redução; c) Da reutilização; d) Do tratamento; e, e) Da disposição adequada.
- 14.9. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras de Acessibilidade (Decreto nº 6.949/2009 e Lei nº 13.146/2015).
- 14.10. No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, (ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme IN nº 112 de 2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187 de 2008, ambas do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS).
- 14.11. A Contratada deverá também dispor e apresenta o Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em nome do fabricante dos produtos ofertados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DIVISÃO DE OBRAS E PROJETOS



- 14.12. Conforme o dispositivo da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art 5 do MPOG, para aceitação da proposta a empresa deverá prever adoção das seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do material e execução dos serviços, quando couber:
- 14.12.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 14.12.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 14.12.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - 14.12.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima do recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).
- 14.10 Ressalte-se que foram observadas as regras contidas no Decreto nº 7.746 de 2012, no que é cabível.

15. Posicionamento conclusivo sobre a contratação

- 15.1. Esta equipe de planejamento entende pela **VIABILIDADE** da contratação para o atendimento da necessidade consolidada neste Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o art. 9º, inciso XIII da IN 58, de 8 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

Em, 05 de outubro de 2023.

Responsáveis pela elaboração dos ETP	
Nome: Douglas Martins Sousa	
Siape: 2361645	Cargo: Chefe da Divisão de obras e Projetos.
Nome: Sarana Castro Demoner	
Siape: 3112052	Cargo: Coordenadora de acompanhamento de Obras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO
E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 05/10/2023

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 54/2023 - DIOP (11.01.45.25)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/11/2023 10:37)

DOUGLAS MARTINS SOUSA

CHEFE DE DIVISAO

2361645

(Assinado digitalmente em 24/11/2023 10:36)

SARANA CASTRO DEMONER

ENGENHEIRO-AREA

3112052

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifesspa.edu.br/documentos/> informando seu número: **54**, ano: **2023**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **24/11/2023** e o código de verificação: **98b9a06048**